

RECENSÕES

HENGEL, Martin: *Jesús y la violencia revolucionaria* (Col. Septimo Sello n.º 21). Tradução dos originais alemães por Miguel Angel Carrasco. 108 pp., 21 x 11 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

Hengel, especialista do contexto histórico-religioso do judaísmo nos tempos pré-cristãos e nos primeiros tempos do cristianismo, apresenta-nos em dois breves artigos a Jesus frente à violência revolucionária: "Foi Jesus um revolucionário?", "Violência e não-violência. Teologia política no Novo Testamento". Em inúmeras notas, o autor refere-se a duas obras suas: "Judentum und Hellenismus" (Wunt 10. 1969; cf. p. 17 nota 36) e "Die Zeloten" (AGSU I. 1961; cf p. 18 nota 37), o que dá a entender que argumentos apresentados nos dois presentes artigos são mais desenvolvidos e fundamentados nessas duas obras.

No início do primeiro artigo o autor mostra que a tão espalhada tentativa de apresentar a Jesus nos dias de hoje como um revolucionário violento, social e político, não é nova. Remonta, pelo menos, ao século 18. Em rápidos traços exemplifica algumas dessas interpretações. A seguir, dá "uma olhada ao movimento de libertação judaica no século primeiro depois de Cristo", suas origens, diversas tendências, características e modos concretos de a pôr em execução. Submete, então, a imagem "revolucionária" de Jesus a uma análise crítica, perguntando "se realmente se pode demonstrar uma íntima relação entre Jesus e o movimento

de libertação judaico" (p. 21). Com brevidade e serenidade estuda alguns argumentos apresentados pelos propugnadores de Jesus revolucionário. Indica outros elementos da mensagem e vida de Jesus e chega à conclusão de que "Jesus não pertence aos que, então como hoje, querem pôr em ordem o mundo com a violência, com uma violência que começa com o ódio e a difamação, e pode chegar até ao terrorismo sangrento, à tortura e ao assassinato em massa" (p. 36s). "Jesus assinalou, com o amor, um caminho totalmente distinto, o do protesto não-violento e o da disposição ao sofrimento; um caminho que, muito melhor que o antigo e primitivo da violência, merece o qualificativo de "revolucionário". Com sua atividade de somente uns dois anos, Jesus foi, na história do espírito e do mundo, mais eficaz que todos os advogados da violência revolucionária, desde Espartaco e Judas, o galileu, até hoje" (p. 38). Mas Jesus também não justificou a situação de seu tempo. Estigmatizou o orgulho e a pretensão, manifestados de diversos modos.

No segundo artigo Hengel aborda o mesmo tema de forma mais ampla, sob a perspectiva muito atual da violência. No primeiro capítulo estuda a relação entre religião e política na antiguidade. A seguir, em seis capítulos, apresenta a

"reação judaica ao imperialismo helenista e mais tarde ao romano. Uma reação que se baseava em motivos amplamente religiosos, mas que tinham ao mesmo tempo conseqüências políticas muito concretas, que se expressaram tanto na ideologia apocalíptica da guerra santa messiânica, como em uma grande cadeia de tentativas sangrentas de sublevação" (p. 45). Esses capítulos preparam a compreensão da situação político-religiosa do povo judaico e suas esperanças "messiânicas" no tempo de Jesus. Era tal essa situação que pareciam existir somente três vias de solução: "a resistência revolucionária armada, a mais ou menos oportunista acomodação ao sistema dominante... e a resignação passiva" (p. 84).

"Se hoje queremos compreender corretamente a mensagem e a atividade de Jesus, é necessário situá-los neste contexto sombrio, que para os judeus de Palestina não era, seguramente, menos desesperado que as situações modernas de opressão em América Latina, ou em qualquer outra parte do mundo" (p. 84). "As injustiças e os sofrimentos em Palestina de há dois mil anos não eram menores que os sofrimentos de nosso mundo de hoje. As receitas revolucionárias de nosso tempo, para eliminar tais injustiças e sofrimentos, nem sempre são tão diferentes às que então se davam. Então, como agora, estava muito difundida a opinião de que a situação presente se tinha tornado insuportável e que, portanto, a violência revolucionária estava justificada, mais, se tinha tornado necessária; e não eram os piores os que proclamavam esta opinião." (p. 96).

Jesus "trouxe, de uma forma radicalmente nova, uma alternativa para escapar às três possibilidades desesperadas, antes mencionadas... uma tentativa que ainda hoje conserva seu valor" (p. 84). A seguir, o autor mostra a verdadeira solução e mensagem

de Jesus. Entre outros elementos destaca: "A pregação de Jesus não se deixou classificar em nenhum dos esquemas religiosos e políticos de então; sua atitude crítica alcançou, fundamentalmente, a todos os partidos judeus da Palestina" (p. 92). Jesus convida a uma mudança radical de coração, a única que possibilita a mudança da comunidade humana (cf. p. 86). A vida e a mensagem de Cristo se resumem no amor incondicional a todos os homens, a todos os pecadores, na disposição de perdoar a todos, também aos inimigos mais cruéis, na renúncia à violência: "Jesus pedia a renúncia à violência e o amor ao próximo, apelando ao amor que Deus tem a todos os homens, e interpretando radicalmente o preceito do amor. Desta forma Jesus se opunha abertamente à moral popular de seu tempo. O mandamento do amor se converteu para ele no 'princípio fundamental do reino de Deus', e se concretizava na necessidade de estarem dispostos a um perdão sem limites e a renunciar a toda manifestação de ódio" (p. 88).

No capítulo nono o autor mostra como "a vida dos primeiros cristãos" não se afastou de Cristo e de sua mensagem: manteve a mesma atitude de amor, união, reconciliação e oposição ao ódio e à violência. O capítulo décimo apresenta, à maneira de conclusão, "cinco teses sobre a questão da violência".

Dois pequenos artigos, mas de densidade profunda e divina! Dão muito a pensar a todos os que na situação de hoje só vêem, como os judeus do tempo de Cristo, a saída ou da violência, ou da acomodação ao sistema vigente, ou a da resignação apática. Cristo, com sua mensagem humano-divina, indica uma solução humano-divina para o sentido da vida e os problemas angustiantes com os quais a humanidade se debate.

P. Cláudio Luiz Bins, S. J.

FLICK, Maurizio — ALSZEGHY, Zoltan: El Hombre bajo el signo del pecado. Teología del pecado Original. Tradução do manuscrito original italiano por Alfonso Ortiz (Col. Lux Mundi n.º 33). 446 pp., 21,5 x 13,5 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1972.

Flick e Alszeghy, os conhecidos teólogos da Universidade Gregoriana de Roma, apresentam-nos neste livro o fruto maduro de longos anos de pesquisa sobre o problema do pecado original. Trata-se de um estudo amplo, profundo e sério sobre o tema, em suas diversas dimensões. Os autores, após um capítulo introdutório de caráter metodológico, abordam o assunto em três grandes partes: I — As orientações do passado (Fundamento bíblico do dogma. A evolução do dogma. A definição do dogma); II — As tentativas do presente (Um cotejo crítico de teologia sistemática. A analogia da fé); III — Linhas para um futuro desenvolvimento doutrinário (Aspecto pessoal e óntico no estado do pecado original. Aspecto histórico e comunitário no estado do pecado original. A presença do pecado perdoado). O livro conclui com uma breve sistematização das conclusões a que chegaram os autores.

Destacamos, entre tantos outros valores da obra, a precisão e honestidade metodológica com que os autores abordam não só o problema em geral (primeiro capítulo), mas a cada item. Preocupa realmente aos autores estudar os documentos, sejam quais forem, não a partir de concepções preestabelecidas, mas a partir dos próprios documentos, de sua origem-situação e com os métodos próprios da ciência teológica em questão. Desta forma não forçam os documentos, não exigem deles o que não podem dar, apresentam o que dizem e ensinam, não escondem as dificuldades, limitações e dúvidas, encontradas e suscitadas pelos documentos e por sua interpretação ao longo da história e hoje. Não apresentam como doutrina generalizada e aceita por todos o que é doutrina de alguns. Não apresentam como doutrina

certa o que eles mesmos ou outros teólogos, exegetas, propõem como opinião própria, como teoria, como via de solução (nesse particular como poderíamos nós brasileiros aprender desses teólogos, e deixar de, tanto nas publicações científicas, como de alta divulgação e muito mais de divulgação, apresentar como certo o que é opinião, teoria ou hipótese de alguns). De grande valor são também as conclusões, precisas e breves, que os autores apresentam continuamente ao longo do estudo.

É impossível discutir ou apresentar com brevidade as conclusões parciais ou mesmo finais dos autores, pois isso levaria inevitavelmente a um empobrecimento do conteúdo, ou, pior ainda, a mal-entendidos. Apesar disso gostaria de salientar como já no Novo Testamento (cf., p. ex., p. 76s), depois em Santo Agostinho (pp. 115-131) e mais tarde no Concílio de Trento (p. ex., pp. 163s, 195), (para citar somente três exemplos marcantes), embora sob diversos prismas, a realidade central e o ensinamento primordial na apresentação do mistério da iniquidade é Cristo e sua ação salvífica.

No dogma do pecado original temos um exemplo de desenvolvimento do dogma. Os autores em diversas partes acentuam especialmente esse fato. Menciono somente as observações agudas e fundamentadas relativas ao fundamento bíblico de ensinamentos do magistério e de dogmas (p. 73), em especial do pecado original ("O verdadeiro fundamento bíblico, pp. 72-84). Da ampla discussão sobre a doutrina de Trento, relativa ao pecado original, destaco uma que se refere à relação entre doutrina, bíblica e magistério: "Não aceitamos o princípio de Haag, segundo o qual 'não é possível que o concílio queira

dizer mais do que diz a Bíblia'. Já demonstramos em outra parte que é muito possível que a Igreja declare verdade de fé uma afirmação que não está contida em nenhum texto especial bíblico, mas que seja interpretação daquela imagem objetiva da economia da salvação, que, através das afirmações bíblicas particulares, é objeto de fé. Negar esta possibilidade é negar a priori a legitimidade da maneira com que de fato se desenvolveu o dogma católico" (p. 187). Tirei a afirmação de seu contexto e de sua fundamentação, o que pode dar azo a ser mal interpre-

tada, e contudo julguei necessário destacar esta realidade.

Creio que a esperança dos autores, expressa na apresentação, tornou-se realidade: "que tenhamos abandonado tudo aquilo que é caduco e superado na pregação eclesial deste dogma, enquanto deixamos intato tudo o que corresponde a um postulado da revelação" (p. 8). Merece também destaque o trabalho do tradutor de apresentar as edições espanholas de inúmeras obras citadas por Flick-Alszeghy em outras línguas.

P. Claudio Luiz Bins, S. J.

GREELEY, Andrew M., *Nuevos Horizontes para el Sacerdocio*, trad. do inglês de Félix Alvarez, S. J. (Col. "Espíritu y Vida" n.º 39), 136 pp., 21 x 16 cm, Santander, Sal Terrae, 1972.

Nos últimos anos o padre voltou a ser manchete de jornal, notícia de rádio, sobretudo na perspectiva de crise. Muitas vezes essa crise é interpretada como situação de pânico, de agonia da Igreja, de auto-destruição. Na verdade há uma crise séria. Certamente é a pior desde a Revolução Francesa e talvez a pior desde a Reforma. Em grande parte esta crise é produzida pelo fato de a estrutura social da Igreja não mudar tão rapidamente como as idéias e o entusiasmo do povo.

Caiu todo um sistema de seguranças e, na Igreja, está morrendo a imagem tradicional do sacerdote, i. é, o padre que vai aos velórios, aos enterros, às festas de casamento, visita os enfermos no hospital e fica em casa aguardando chamados a algum doente. Desapareceu, outrossim, a imagem do padre que tem medo de misturar-se com os leigos para não perder sua vocação.

Nesse livro um sociólogo jesuíta reflete sobre o lugar e a função do padre na Igreja e na sociedade de amanhã. Interpreta a crise como crise de oportunidade e não de deterioração. O maior problema

entre os sacerdotes é a falta de convicções sérias e internas, i. é, a ausência dessas convicções manifesta-se na superficialidade e na imaturidade. Vivem na crise sem procurar respostas às perguntas críticas ou tratam-nas como se não tivessem resposta. Isso é imaturidade. Morre algo de velho. Mais importante, todavia, é que também nasce algo de novo. Por isso a situação não é alarmante.

O A. trata das virtudes requeridas do padre como criador do futuro numa época de transição dramática. O sacerdote cria futuro porque crê no futuro e transmite sua fé ao povo. Sua tarefa é tornar presente Deus no mundo. As virtudes que analisa são a esperança, o respeito próprio, a amizade, a liderança, a jovialidade, a integridade, a tolerância, a piedade, o entusiasmo, a prudência e o espírito de oração. Como sociólogo, o A. observa que "o homem reza não porque Deus tenha necessidade de sua oração, mas porque ele mesmo necessita dela" (p. 118). O homem reza porque sente necessidade profunda de proclamar seu "estar de acordo" consigo mesmo, com seus semelhantes e com as estranhas forças primárias que

movem o universo. Para o sacerdote, a oração é um dos melhores meios de permanecer na condição humana. "A oração não resolverá todos os problemas da humanidade; mas sem ela nem sequer poderemos começar a resolvê-los" (p. 123).

O A conclui constatando que não nos deveríamos admirar tanto com o grande número de sacerdotes que, nos últimos anos, abandonaram o ministério, mas com os que ficaram fiéis ao mesmo; não tanto com a inflexibilidade de

muitos, nesta fase de transição, e mais com a flexibilidade da maioria. Por fim diz que provavelmente os que estão sendo formados nos novos sistemas seminarísticos serão mais maduros e sofisticados, terão maior autoconsciência e profundidade pessoal, capazes de superar com facilidade a crise, reencontrando sua identidade sacerdotal na sociedade e na Igreja de amanhã. Para isso o A. oferece uma orientação segura.

U. Zilles

GUTIÉRREZ, Gustavo, Teologia da Libertação. Tradução do original espanhol por Jorge Soares, Ed. Vozes, 1976.

Na mesma hora em que a teologia da libertação entra em confronto com a teologia européia, sai em português essa obra, que, por ser teologia latino-americana, por isso mesmo contribui para a reflexão teológica universal.

O autor parte de duas dimensões permanentes da reflexão teológica: a teologia como sabedoria e teologia como saber racional. Com antecedentes nos primeiros séculos da Igreja, esboça-se e afirma-se nos últimos anos a teologia como reflexão crítica sobre a praxis. A teologia deve ser um pensamento crítico de si mesmo, de seus próprios fundamentos. É uma atitude lúcida com relação aos condicionamentos econômicos e sócio-culturais da vida e reflexão da comunidade cristã. A reflexão teológica implica uma crítica da sociedade e da Igreja enquanto convocadas e interpeladas pela Palavra de Deus; teoria crítica à luz da Palavra aceita na fé, animada por intenção prática, portanto unida indissolivelmente à praxis histórica. A teologia é reflexão, atitude crítica. Primeiro é o compromisso de caridade, de serviço. A teologia vem depois, é ato segundo. A teologia não gera pastoral, é antes reflexão sobre ela. A vida, pregação e compromisso histórico há de ser, para a inteligência da fé, um privilegiado lugar teológico. A reflexão

à luz da fé deve acompanhar constantemente a atuação pastoral da Igreja.

A teologia como reflexão crítica da praxis histórica à luz da Palavra não só não substitui as demais funções da teologia como sabedoria e saber racional, mas ainda as supõe e necessita. A teologia da libertação nos propõe não tanto novo tema para a reflexão quanto novo modo de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da praxis histórica é assim uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto também da porção dela — reunida em ecclesia — que confessa abertamente Cristo. Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas que procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se — no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna — ao dom do reino de Deus.

É a própria definição e o método da teologia da libertação. Assim a praxis libertadora é o novo lugar hermenêutico da reflexão teológica — portanto a teologia da libertação não é um subtítulo ou um subcapítulo da teologia, mas o

próprio modo de fazer teologia na América Latina. São os cristãos que estão comprometidos na luta de libertação, no único continente majoritariamente cristão do terceiro mundo; é impossível que a teologia da libertação surgisse na China, por exemplo; é a própria situação histórica que faz surgir e configura a teologia da libertação. É a busca da libertação à luz da fé, da Palavra de Deus. Não é a política, mas a fé que marca esta busca de libertação. Certo que a situação política faz surgir um tipo de teologia ou outro: teologia a partir de elementos tirados da análise marxista da sociedade; ou a partir de elementos tirados do peronismo, teologia do cativoiro... Mas o que configura esta busca de libertação na América Latina é a fé, por serem cristãos os que lutam pela libertação da dependência política, econômica e cultural. A

teologia de Gutierrez é uma teologia de uma pessoa que está com o povo, que vê as reações do povo e que busca explicá-las evangelicamente.

A partir dessa visão o autor repensa e sintetiza toda a história da teologia — aí o leitor encontrará capítulos sobre a pastoral, sobre a espiritualidade latino-americana, sobre a salvação e libertação verdadeiras, escatologia e política, a Igreja como sacramento da história, a opção da Igreja latino-americana, que deve ser sempre pelos pobres e oprimidos. Sobre a pastoral popular, por ser problemática recentíssima, o leitor deverá procurar em outra fonte que não esta; a editora sugerimos uma “errata”, em vista de frases contraditórias que ocorrem na tradução.

Balduíno José Ody

MARXSEN, Willi: La resurrección de Jesús de Nazaret. Tradução espanhola do original alemão por José M.^a Rovira Belloso, 240 pp., 14,1 x 21,6 cm, Editorial Herder, Barcelona, 1974.

O livro que aqui apresentamos esclarece e explicita um outro fascículo do mesmo autor, intitulado: **La resurrección de Cristo como problema histórico y teológico** (1964). Por causa dessa obra o teólogo protestante Willi Marxsen entrou em conflito com a direção da Igreja Evangélica da Westfália. Isso principalmente porque fizera a tentativa de interpretar a ressurreição de Jesus com termos um tanto ambíguos. Marxsen foi acusado de herético em algumas de suas teses, principalmente naquele ponto em que parecia negar a ressurreição de Cristo como fato histórico. Diante disso a direção da Igreja Evangélica da Westfália advertia os fiéis da seguinte forma: “A teologia mostrou, com razão, que a ressurreição de Jesus Cristo não pode ser verificada com os meios da investigação histórica. Mas, se dali se conclui que a ressurreição de Cristo não

foi um acontecimento histórico, nem uma ação salvífica, mas uma opinião da piedade dos cristãos vindos do paganismo, significando por isso só o pertencer e servir a Deus, esta doutrina não se pode conciliar com o testemunho da Sagrada Escritura sobre a ressurreição”. Com a sua análise dos textos evangélicos e paulinos sobre a ressurreição, Marxsen chegara à conclusão de que: o que realmente ocorreu foi o fato de que Pedro chegou a ter fé, esse acesso de Pedro à fé se interpreta como consequência de que Cristo ressuscitou. Outra assertiva de Marxsen, que provocou acalorados debates, foi que a fé na ressurreição significava que a ação de Jesus continua — continua apesar de sua morte na cruz.

Diante de tais afirmações, parecia que Marxsen não dava mais relevância ao fato da ressurreição, mas apenas à fé dos cristãos e à

obra do Jesus histórico, que continuava a viver nesta fé. A partir daí, compreende-se a veemente reação da Igreja Evangélica da Westfália, recorrendo à Escritura e afirmando que "Cristo ressuscitou verdadeiramente".

Diante das acusações de sua Igreja, Marxsen sente-se mal compreendido. Por isso ele procura, no livro que analisamos, justificar-se com precisas e minuciosas análises bíblicas. Com as suas teorias,

Marxsen não quer desorientar nem tirar a fé de ninguém. Com base no evangelho de João, ele analisa, nas páginas finais de seu livro, a idéia da vida eterna, como revelando uma fé situada na realidade da vida cotidiana, na qual já existem elementos de eternidade. Nesse contexto se manifestaria também a realidade futura da fé, que caminha confiante para a sua situação definitiva nas mãos do Pai, onde também Jesus vive.

Inácio Strieder

TROCMÉ, Étienne: Jesús de Nazaret — visto por los testigos de su vida. Tradução espanhola do original francês por Santos González de Carrea, 192 pp., 14,1 x 21,6 cm, Editorial Herder, Barcelona, 1974.

O autor termina o livro dizendo que o seu "ensaio terá preenchido a sua finalidade se ajudar a alguns crentes a compreender que, mesmo por muito unidos que estejam a Cristo, nunca se pode dispor exclusivamente dele, e ainda, se conseguir convencer a alguns incrédulos de que Jesus, o grande Jesus, é de domínio público". Sem dúvida este é um grande objetivo, pois toda cristologia séria chega de alguma forma à conclusão de que a nossa inteligência e as nossas palavras são insuficientes para compreender o mistério que se esconde por detrás da pessoa de Jesus Cristo. Esse mesmo pensamento expressa o epílogo do Evangelho de S. João (21, 25), quando diz que "ainda há muitas outras obras feitas por Jesus, as quais, se se quisesse escrever uma a uma, creio que nem o mundo inteiro poderia conter os livros que seria preciso escrever". Diante desse fato, sempre é interessante refletir sobre o mistério da pessoa de Cristo, assim como E. Trocmé o faz. Pensamos que o faz com seriedade, pois não se deixa guiar apenas pelos pruridos de novidade, presentes em outros livros ultimamente editados sobre Jesus de Nazaré.

tra-se cético quanto aos resultados da exegese alemã. Isso, porém, apenas revela a sua preferência pelas coisas francesas (nasceu em Paris!).

"Jesús de Nazaret" apresenta no primeiro capítulo um apanhado histórico da discussão sobre Jesus nos últimos 200 anos, período de tempo em que se discute o problema do "Jesus histórico". O livro de Trocmé passa depois a analisar a obra e a mensagem de Jesus, assim como estão narradas nos Evangelhos. Na interpretação dessa obra e mensagem, Trocmé procura ser moderno. Gostaria de ser também original, mas parece que isso ele só consegue enquanto reveste com linguagem próprio uma série de idéias sobre Jesus de Nazaré, que já são de bem público, e aparecem em grande parte dos atuais livros desse gênero.

O livro de Trocmé é agradável de ser lido. Poderá contribuir para animar as nossas reflexões sobre Jesus de Nazaré, levando-nos a compreender, como o autor deseja, de que o Cristo não é propriedade duma Igreja ou duma seita, mas que sua mensagem é um bem universal de toda a humanidade.

Trocmé conhece a exegese moderna. Em diversas ocasiões mos-

Inácio Strieder

ARROYO, Gonzalo: Golpe de Estado em Chile. 118 pp., 18 x 12 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1974.

COLETIVO: Desde Chile. 146 pp., 18 x 12 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca, 1974.

Dois impressionantes livrinhos sobre o golpe militar chileno de 11 de setembro de 1973, que pôs fim à tentativa de Salvador Allende e da Unidade Popular de conduzir a bom termo, dentro das regras do jogo democrático, aquelas reformas estruturais econômico-sociais que se faziam, há muito tempo, necessárias para que houvesse condições objetivas de se chegar a um desenvolvimento integrado e justo para todos os chilenos. Nas pequenas páginas destes dois livros vêm à superfície os sentimentos e estados de alma de todo um povo no momento em que lhe é desfechado um golpe mortal: angústia, decepção, insegurança e revolta. "Centenas e milhares de homens e mulheres caíram. Não só. Todo um povo está subjugado e a esperança foi pisoteada... Houve um golpe militar. Não só. Está-se esmagando a vida e o futuro dos pobres" (Desde Chile, p. 11).

Nem um nem outro dos dois livros pretende realizar, por enquanto, uma análise profunda do que houve. Isso terá que ser feito um dia, mas leva tempo. E parece que não se pode esperar. É preciso gritar a agonia de mais um povo! É preciso que se vá pondo um fim às loucuras que se praticam em toda a parte do mundo! Nosso planeta não pode continuar no caminho das guerras, das rachaduras entre blocos, das invenções de novas armas, cada vez mais terríveis, dos assassinatos de povos inteiros, justamente dos povos mais fracos, mais pequenos, indefesos! Uns depois dos outros vão se sucedendo, por todo o nosso planeta, os golpes de morte. Parece que nunca a raça humana sofreu tanto, porque nunca houve tanto poder, tanta técnica, tanto dinheiro nas mãos de selvagens!... Os dois livrinhos citados querem lançar este "alto!", juntando-se ao coro imenso de protestos que se levanta

cada vez mais em toda a parte, como "o surdo clamor de milhões" (Medellín 14, 2).

O que G. Arroyo realça várias vezes em seu livro é a ingenuidade, a credulidade dos políticos chilenos, também dos da esquerda. Confiavam candidamente no senso democrático de todos, num país com fama de possuir a "maior tradição democrática da América Latina" (56). Faltava-lhes — inclusive a Allende — realismo histórico, "malícia", conhecimento do que se deu em tantos países, não só do Terceiro Mundo, já célebre pelos golpes de estado, mas também nos chamados "regimes democráticos" da Europa e da América.

"Desde Chile" mostra, por sua vez, com insistência, que quem vibrou o golpe direitista foram as emperradas classes da burguesia, cujo braço armado, por sua vez, foram as forças militares. Nem faltaram os interessados de fora: G. Arroyo diz que "é um fato certo a participação direta e indireta, no golpe, dos Estados Unidos (o Departamento de Estado, o Pentágono, a CIA), do Brasil sub-imperialista e de corporações multinacionais (ITT)" (p. 34).

E o futuro? A volta à democracia é recuada, pela Junta, para 5 ou 10 anos, ou, mais exatamente (!) para depois de "normalizar" o Chile, depois de tirar o "cancro marxista". Entretanto, continua a "limpeza" (presos, exilados, executados, torturados). Os militares entraram por uma dinâmica de violência, cuja espiral os leva adiante quase sem outra possível via (G. Arroyo, p. 52). O caminho mais lógico será "o modelo claro e cientificamente fascista, com repressão e tortura institucionalizada, seguindo em grande medida as águas do modelo brasileiro" (id, 58). Entre parênteses: está-se percebendo pelas citações (e ambos os

livros trazem outras referências sobre isso, como por exemplo quando falam que "também se usa el famoso 'pau d'arara', importado del Brasil", Desde Chile, 75) que a fama do nosso país é positivamente ruim...

Uma parte importante, em cada livro, é consagrada à posição assumida pela Igreja frente ao putsch. O 11-de-setembro foi a prova de fogo para a Igreja. Pelas posições corajosamente transformadoras assumidas, anteriormente, por muitos cristãos leigos, padres e bispos, já se tinha "começado a abandonar a imagem tradicional de uma Igreja conservadora, muro de contensão contra as mudanças sociais e garantia contra a expansão do comunismo" (Desde Chile, 95). Porém, chegado o momento da "crise", a Igreja oficial não conseguiu mostrar, em toda a parte, que seu compromisso com as reformas, com a "revolução", tinha sido "prá valer mesmo". No momento da triagem, alguns não conseguiram fugir da acusação, já feita por Marx, de que a religião estava do lado do Capitalismo, do lado dos opressores. Tal Igreja não se tinha convertido de verdade, assumindo todas as conseqüências da opção pelos oprimidos; regressava a seu lugar de apoio às classes conser-

vadores e privilegiadas. Claro, houve exceções. Ambos os livros falam como a Igreja ficou, num primeiro momento, como que perdida, sem saber o que fazer; organizou comissões de socorro aos perseguidos. Houve gestos de coragem, desde o início, de coragem profética, e testemunhos verdadeiramente martíricos. Mas também houve decepção diante de silêncios, ausências, atitudes ambíguas e mesmo de escandalosa colaboração. A missa, a devoção à Virgem (é muito popular, no Chile, a devoção à Virgem do Carmo), a festa do Natal, foram instrumentalizados para legitimar o golpe e a nova "ordem" que fez mais de 80.000 prisões e causou mais de 20.000 mortes (Desde Chile, pp. 75 e 77). A maioria dos capelães militares "não só continua benzendo as armas, mas também toda a subjugação do povo" (id., p. 121).

Ao lermos estas impressionantes páginas (talvez nem sempre muito serenas, e por isso talvez nem sempre justas e nem sempre capazes de guardar a visão de conjunto) nós, leitores brasileiros, não deixaremos de nos lembrar de uma frase de São Paulo: "Tudo isto foi escrito para nossa instrução" (Rom 15,4)...

Benno Brod, S. J.

SANTO INÁCIO DE LOYOLA: Autobiografia. Tradução e notas do Pe. Armando Cardoso, S. J. 152 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, São Paulo, 1974.

A "volta às fontes" é uma curiosa constante em nossos tempos onde tudo está passando por tão "profundas, rápidas e universais mudanças" (GS 4), mudanças que geraram, e estão gerando, um estado de espírito que se caracteriza por uma insegurança muitas vezes indefinida, porém evidente. Quase não se sabe dizer onde estamos, menos ainda se sabe dizer para onde iremos. Então, ao menos, se quer saber donde viemos! Outra razão para "voltar às fontes" parece ser a seguinte: muitas Ordens e congregações religiosas, venerá-

veis por sua longa existência, se foram quase sempre carregando, à medida que atravessavam os séculos, de muitas formalidades, leis, costumes e ritos, típicos de outros tempos. Tudo isso foi se agregando àquela forma inicial, geralmente muito simples, muito espontânea, muito carismática. Quando a instituição se complexifica ou, simplesmente, se "complica" demais, sente-se a necessidade de ver como era em seu original frescor.

Esta "Autobiografia de Santo Inácio" nos proporciona tal "volta às fontes". O Padre Nadal, um dos

companheiros mais íntimos de Santo Inácio e um dos que mais difundiu a Ordem em seus inícios, viu muito bem a importância de se conhecer a vida do fundador. Conta o Padre Gonçalves da Câmara, secretário de Inácio, e redator da "autobiografia", que Nadal lhe pediu que "importunasse" a Inácio, a fim de que ele contasse sua vida, ou, nas palavras do próprio Nadal, que ele "quisesse expor-nos o modo como Deus o dirigira desde o princípio de sua conversão" (10). E Gonçalves da Câmara conta que Nadal "dizia-me muitas vezes, que em nada podia o Padre (Inácio) beneficiar mais à Companhia do que nisto; isto era fundá-la verdadeiramente" (Prólogo do Pe Luís G. da Câmara, p. 15).

E assim temos hoje, neste livro, o Inácio soldado que preza, mais do que tudo, a nobreza e a honra; depois o Inácio "derrubado do cavalo" como Paulo em Damasco; o Inácio penitente, anacoreta, contemplativo; o Inácio peregrino nas estradas da Espanha, Itália e Terra Santa; o Inácio conselheiro de vida cristã; o Inácio universitário na Espanha e em Paris, e finalmente o Inácio fundador da Companhia de Jesus.

São Francisco de Assis está sendo redescoberto, nestes últimos anos, e, inclusive, imitado, um tanto bizarramente talvez, por muitos jovens. Se Inácio de Loyola for redescoberto, não sobra dúvida de

que também ele vai arrebatado a muitos jovens que não mais se satisfazem com nossa sociedade de insaciável consumo e de escandaloso desperdício, mas que estão à procura de objetivos muito mais realizantes para a vida humana. Aliás, já se deu o caso (aqui no Brasil) de jovens irem pedir, a uma casa de jesuítas, o livro dos Exercícios Espirituais (mas o livro de Inácio mesmo, não adaptações, resumos ou comentários) e se retirarem ao silêncio de alguma casa no campo ou a um convento, para fazerem, como Inácio em Manresa, o "Retiro Grande", aquele de um mês... Lá, sozinhos, na oração, na meditação fizeram descobertas que nunca tinham imaginado!

Na Autobiografia temos este Inácio fazendo a revolucionária descoberta de Deus, do Amor, da Libertação, desse Deus que não retém ciumentamente a ninguém, mas sempre envia para junto dos homens a fim de transformar este mundo.

O Pe. Armando Cardoso enriqueceu extraordinariamente a tradução com notas, mapas, cronologias e índices. Sua tradução límpida, castiça, quase clássica, conserva algo daquele frescor original que sempre se pode beber nas fontes. Parabéns às Edições Loyola que nos deram esta ótima edição da Autobiografia de Santo Inácio, a primeira em português...

Benno Brod, S. J.

LAMEGO, Maria J. R. — RAHM, Haroldo J.: *O espírito diz: vem.* 128 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, São Paulo, 1974.

Ninguém mais pode ignorar que a partir do Concílio Vaticano II, o Espírito Santo passou a ter uma atuação destacada dentro da Igreja, a exemplo do que aconteceu nos primórdios da Igreja. Basta abrir qualquer obra teológica ou livro de espiritualidade para logo percebermos que quase nada acontece sem o dedo do Espírito Santo. Mesmo no dia-a-dia da vida não são poucas as expressões como estas: "Sempre acreditei que haveria de

chegar o momento forte do Espírito Santo", ou ainda: "Não tenho dúvida de que estamos atravessando o momento do Espírito Santo. Cabe a nós sabermos ler e perceber este sussurro do Espírito Santo". O Pe. Lombardi diria: "é necessário estar sempre com a antena voltada em sua direção".

Sem receio de errar, podemos dizer que a obra *O Espírito diz Vem* é obra da inspiração do Espírito Santo, no sentido de que alguém

atendeu a este VEM e passou adiante, isto é, expressou em palavras o que o Espírito lhe sussurrou. O livro nos faz ver que o Espírito Santo está sempre pronto a nós iluminar. Mas que só seremos iluminados na medida em que aderirmos a sua voz numa atitude de simplicidade e de abertura. Primeiramente abertura de nós mesmos e como consequência disso, na abertura para com Deus. Esta abertura ou conhecimento de nós mesmos e de Deus, a que a obra nos quer levar, não nos vem por meio da simples razão mas sim através da ação do Espírito Santo, que sabe atingir o que há de mais íntimo em nosso ser. Lá onde só Ele e a própria pessoa pode mexer. É um conhecimento de nós e de Deus que parte da nossa analogia para com Deus. Parte da sabedoria da Sagrada Escritura. O livro acentua a importância do homem conhecer-se e aceitar-se, pois só assim ele terá condições de se situar em relação a Deus. Esta conversão, todos sabemos que não é

fácil e não poucas vezes muito longa. É um trabalho que exige um certo método (além da graça). A grandeza desta obra está em nos oferecer este método. É um método progressivo e tirado dos melhores textos da Sagrada Escritura, e na aceitação da ação do Espírito Santo em nós. Tudo isto é facilitado pela clareza e pela simplicidade do gênero literário que Maria J. R. Lamego e Haroldo J. Raham, S. J., conseguiram imprimir. Os textos bíblicos que fazem a espinha dorsal desta obra, além de serem os mais adaptados para esta finalidade de trabalho, são interpretados e aplicados...

A leitura deste livro: O "Espírito diz, Vem" pode ser aconselhada tanto para catequistas como para professores de teologia, pois é palavra de Deus. E se é palavra de Deus, é fonte inesgotável de sabedoria divina, é garantia de conversão. Pois não fez Deus um pacto com o seu povo?

Laudelino Costa

Johan Konings, Jesus nos Evangelhos Sinóticos (Pont. Universidade Católica do Rio Gr. do Sul — Instituto de Teologia e Ciências Religiosas — Subsídios-3). Porto Alegre 1974, 161 pp. 21 x 16 cm.

Este livro é o fruto dum curso dado, em 1973, a clero e leigos da diocese de Lins, SP, e procura responder à pergunta quem era Jesus de Nazaré para os seus contemporâneos e quem pode ser para nós na visão dos três primeiros evangelhos. Para tanto, depois de breve introdução sobre os evangelhos sinóticos, apresenta alguns temas maiores e mais significativos que nos revelam a pessoa e doutrina de Jesus: o Reino de Deus, o Sermão da Montanha, o Filho do Homem, o mandamento único do amor, o Messias oculto (sobretudo em Mc), Paixão, morte e ressurreição. "Imagem" de Jesus segundo os sinóticos, etc. Uma recapitulação (pp. 145-147) conclui o livro. Deste sumário de matérias vê-se que o autor trata, de maneira substan-

ciosa e rica da pessoa de Jesus, usando discreta e judiciosamente os resultados seguros da Formgeschichte e Redaktionsgeschichte. E neste ponto se constata com satisfação que K., apesar de todo o espírito crítico, dá grande crédito de confiança à comunidade cristã primitiva que, embora por vezes acrescente algo às palavras do Mestre ou as transforme, em vista da sua situação concreta, contudo no fundo se mantém fiel ao pensamento de Jesus e o interpreta corretamente (ver p. ex. p. 129); o mesmo vale da atendibilidade dos próprios evangelistas. Temos portanto uma boa introdução ao estudo atual e reflexão vivencial sobre a pessoa de Jesus nos evangelhos sinóticos (outro tanto o autor tinha feito anteriormente num volu-

me sobre o quarto evangelho, publicado como vol. 1 da mesma coleção).

K. revela grande poder de síntese, não se detendo em análises minuciosas e pouco interessantes para os não especialistas, e tudo isso numa linguagem atualizada e familiar aos homens de hoje, p. ex. enquanto Jesus é chamado tantas vezes o executivo de Deus. Dentre os temas que mais me chamaram a atenção, cito o do "Filho do Homem" (pp. 77-83). O volume tem seu valor aumentado pelo sumário pormenorizado, bibliografia seleta e índice de textos bíblicos. A apresentação tipográfica é boa e limpa e as erratas são relativamente raras.

Para terminar esta apreciação positiva, acrescento uma listinha de desiderata que poderá ajudar a aperfeiçoar a obra.

P. 31, linha 5 de baixo: ... de grande política e material? ou grandeza?

p. 32. O sentido original da parábola do semeador ou do campo semeado não seria antes: assim como na sementeira, embora sempre haja algumas perdas de sementes, contudo no fim a colheita compensa as fadigas e perdas, do mesmo modo o Reino de Deus, apesar da oposição e fracasso atual, acabará por se implantar?

p. 46, alínea 2: justiça, quantidade de Deus? não será qualidade (cf. adiante!)?

p. 57, l. 5 de baixo: viviam.

p. 75, al. 3: o publicano não se tinha prostrado, mas estava de pé, ao longe (18, 13).

p. 90, l. 14: a citação de Mt 24, 24. 85s (= Lc 19, 24-26) não está correta; seria 24, 28-29?

p. 104, al. 1 no fim: o texto não diz exatamente "ao terceiro dia", mas "ao cabo de três dias" (8, 31).

p. 105, al. 2 no fim: os Doze; antes "os Três" (Mc 5, 37).

p. 119, al. 1 no fim: Jesus na sua argumentação se restringe às Escrituras que os saduceus reconhecem como tais, mostrando-lhes que não as conhecem suficientemente.

p. 121. O conflito: o leitor curioso perguntaria, por que aquela senhora que unge a Jesus, seja pecadora? o texto de Mc (e Mt) não o afirma nem insinua.

p. 124, al. 2: em vez de "Reino" deve ser "Rel".

p. 127, al. 2, l. 7: aparições aos discípulos.

p. 141. Homem conosco, l. 9, preceitos ou preconceitos religiosos?

Finalmente eu pessoalmente teria desejado também o abordamento do tema máximo da cristologia, a divindade de Jesus; ela é afirmada explicitamente p. ex. na p. 124, mas não recebe um tratamento sistemático.

Em resumo: um livro que, apesar dos pequenos senões apontados, se pode recomendar vivamente.

P. J. Balduino Kipper, S. J.

HANS STRAUSS, COMENTÁRIO A SALMOS ESCOLHIDOS. Editora Sinodal, São Leopoldo, RS, 1970, 99 pp. + 1, 23 x 16 cm.

O opúsculo em epígrafe analisa 10 Salmos, a saber: 150, 136, 47, 24, 79, 137, 90, 23, 84 e 1 (numeração hebraica). Em cada Sl o autor segue o seguinte esquema: Tradução do texto, crítica textual, forma e situação (gênero literário, elementos formais, métrica, tempo de composição), palavra e escopo (exegese propriamente dita e fim visado) e meditação. Não se vê o

porquê da seqüência adotada destes Sls.

O autor desenvolve o seu trabalho, baseando-se no próprio texto original, analisado criticamente, e nos comentaristas recentes, geralmente alemães, e em constante diálogo crítico com eles. A análise filológica e gramatical, o exame dos elementos formais ("conflsões", invocações, motivos...) e histórico-tradicionais e também a

preocupação existencial perpassam todo o opúsculo. Temos portanto comentários científicos e não apenas reflexões de vulgarização.

Não é o caso de entrar em pormenores de explicações, apenas menciono o Sl muito conhecido 23 (22 Vg): Javé é meu Pastor. Segundo Strauss o Sl poderia ser visto em seu conteúdo básico como confissão muito antiga, i. é, preexistente, dum homem que obteve asilo vitalício junto ao santuário, depois de ter cometido um crime de morte (p. 81/82). Não sei, se o texto, mesmo depois do estudo de Delekat sobre o asilo no santuário de Sião (1967), oferece base suficiente para tal "Sitz im Leben", e com Vogt (Bibl 34, 1953, 195-211 — não citado por St.) eu preferiria ver a situação vivencial num banquete sacrificial de ação de graças no recinto do templo depois da absolvição do salmista.

A preocupação e abordagem científica dos textos e mais ainda o estilo e a apresentação tornam a leitura positivamente difícil e penosa: o texto é complicado, cheio de interrupções e parênteses e de termos abstratos e generalizantes à maneira da linguagem científica atual tão do gosto dos alemães. Percebe-se sem dificuldade que os estudantes de teologia que traduziram o texto original alemão só a duras penas lograram o seu intento. Mas quem não recela enfrentar estas dificuldades, se sentirá recompensado pelos frutos do co-

mentário. De leitura mais fácil e amena costuma ser a meditação no fim dos Sls: baseada no texto veterotestamentário e nas explicações que precedem, trata temas de atualidade, sobretudo eclesiais, e procura ilustrá-los à luz de Cristo.

St. lamenta como falha decisiva o não se dispor de tipos hebraicos e isto com toda a razão, pois as transcrições empregadas — e são numerosas — se constituem em pesadelo para quem conhece o hebraico; e por falar nisso, não se poderia, por vezes, adotar outros modos de transcrição, p. ex. o shin por ch, o qôf por q? e por que não transcrever também as vogais do TM?

As erratas, apesar do texto difícil, são relativamente raras: apenas noto algumas: p. 53, alínea 2 no meio: Zc 18ss não se entende, seria 8, 1ss?? p. 95, linha 5: Deuterônômio, e p. 99, al. 4, l. 4: deuterônômico.

A propósito de "Beichtspiegel" (p. 41 e 45): a tradução "espelho confessional" ou "confessário" é muito literal, pois o termo alemão indica uma enumeração dos pecados mais comuns, para facilitar o exame de consciência. A expressão "fixação agendária" (p. 41, no fim) os de fora não a entendem.

O opúsculo poderia constar na bibliografia portuguesa dos Sls que o Pe. Terra dá no seu livro sobre a oração no A. T. (pp. 127-149).

F. J. Balduino Kipper, S. J.

J. E. MARTINS TERRA, S. J., A ORAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO. EDIÇÕES LOYOLA, S. Paulo, 1974. 271 pp., 20 x 14 cm.

Esta obra do Pe. Terra vem a lume em boa hora, quando, por um lado, há um imenso interesse pela S. Escritura e, por outro lado, estranhamente há tão grande dificuldade na oração, especialmente de petição, e isto apesar de a Bíblia estar cheia de homens que rezam e pedem, e de ensinamentos sobre a oração. Certamente a oração, em todos os seus aspectos, é

uma das grandes mensagens da Bíblia.

Depois da Introdução o autor nos apresenta no 1.º c. a oração no A. T., tratando os seguintes pontos: Vocabulário, Oração na história de Israel, Sitz im Leben, Período patriarcal, terminando com as orações no Pentateuco. No 2.º c. trata da oração comunitária e individual e no 3.º dos Salmos.

Seguem 22 páginas de bibliografia portuguesa sobre os SIs. A segunda metade do livro se ocupa da meditação do A. T. no N. T., especialmente em Lc 1-2, e da Ave Maria à luz do A. T., terminando com uma introdução à teologia da oração.

O que dá na vista é a imensa leitura e erudição que se manifesta na bibliografia muito vasta, apesar de se restringir em geral a trabalhos mais acessíveis aos leitores de língua portuguesa. Quem portanto quiser aprofundar certos pontos tem à mão um excelente instrumento de trabalho. A apresentação dos diversos pontos geralmente é boa e sólida, embora resumida. A título de curiosidade menciono que segundo o Pe. Terra a primeira oração do A. T. seriam as palavras de Caím a Deus em Gên 4, 13-14: oração singular, se é oração!

Um leitor atento perceberá que muitos livros do A. T. não são considerados de propósito ou expressamente: nos demais livros históricos também se encontram orações, especialmente nos livros de Crôn, Esdr, Ne, Mac; tampouco são tratados os livros proféticos e sapienciais. Por outro lado a segunda metade do livro, embora muito rica em conteúdo, mais propriamente entra no volume correspondente do N. T. que o autor nos promete (apenas nas páginas 248-51 e 255 o A. T. volta a aflorar). Além disso num livro que trata da oração no A. T. eu esperaria no capítulo conclusivo sobre a teologia da oração antes um enfoque exegético do que meramente filosófico-teológico ou sistemático. Portanto a segunda parte do livro ficou inacabada e precisa ser completada numa segunda edição.

A apresentação tipográfica do livro é muito boa e atraente, mas tanto mais são de lamentar as inúmeras erratas; é verdade, em grande parte são inócuas, mas aquele imolocação (p. 245), em vez de imolação, é mais sério; na p. 25, 3. deve ser SITZ IM LEBEN...

Aponto ainda alguns pormenores que se poderão melhorar: A citação dos SIs deveria ser mais conse-

quente na numeração: no princípio segue a hebraica e depois a latina. P. 244, pelo fim: Gn 1, 28: deveria ser: cf. 2, 15 e 1,28. P. 256 nota 37: por que se traduz o mesmo verbo grego ora por mandou ora por deramou? P. 269: calu o texto da nota 59.

Com respeito a midrax e midráxico (p. 152ss): esta grafia é preferível a midrash, etc., mas por que não midrache e midráchico? o x é ambíguo: cf. exame, enxame, máxime!

Termino com duas notas a respeito de João Ferreira de Almeida e Santos Saraiva. Quanto ao primeiro o Pe. Wickl, louvando-se em D. Lopes, A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII, Barcelos 1936, 115-118, afirma que Ferreira não traduziu segundo o texto grego ou hebraico, mas o N. T. o traduziu segundo o texto latino de Beza e Valera.

Quanto a Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (pp. 137-39), graças ao empenho do Pe. Artur Rabuske, estou em condições de suprir parte dos dados biográficos. Nasceu a 22-2-1834 (ou 1832) em Villa Secca de Armemar, Portugal, filho de rabino espanhol, depois converso. Em 1850 (!) se doutorou em Teologia e Direito em Coimbra e mais tarde estudou Línguas Clássicas e Semíticas em Londres; também sabia muitas línguas modernas. Em 1860 é capelão católico entre os ingleses nas minas de Morro Velho, MG; de 1862-64 está no Rio Grande do Sul como vigário encomendado em S. Francisco de Paula e S. Sepé, etc.; neste tempo publica várias poesias na folha diocesana ESTRELA DO SUL, Porto Alegre. Depois de breve visita a Portugal, se radicou definitivamente no Brasil, fixando-se no Rio até 1875. Por este tempo, desgostado e amargurado, abandona a Igreja Católica e o sacerdócio, indo estabelecer-se no interior de S. Catarina até 1891. Depois de breve estada em Pelotas, RS, vai para S. Paulo em 1892 e lá morre a 3-7-1900. Nunca se filiou a uma Igreja Protestante.

Além do famoso dicionário latino-português e da Harpa d'Israel (Salmos: 1898) publicou também uma obra extremamente polêmica contra a Igreja sob o título: A Burla Catholica Romana, ou o Flagello Legal da Sociedade (1888); tendo saído cheia de erros, foi revisada pelo autor em 1891 e dele recebeu novo título, mas só foi publicada pelo filho Eliezer (1880-1944) em 1932 em S. Paulo. Portan-

to a Santos Saraiva não faltava preparo filológico, mas pode-se duvidar da sua competência teológica e exegética. Talvez se consigam publicar dados mais amplos e seguros em outra ocasião.

Concluindo: temos uma obra que representa um esforço imenso e, apesar das restrições feitas, se pode recomendar vivamente.

P. J. Balduino Kipper, S. J.

Lnc. H. Grollenberg, A NOVA IMAGEM DA BIBLIA. Ensaio sobre Exegese Moderna. Tradução do original holandês por A. Seelen e J. M. Martinelli. Editora Herder (agora Edições Loyola). São Paulo, 1970, 385 pp., 20 x 13 cm.

Esta obra nasceu de preleções sobre a abordagem moderna da Bíblia, dadas a missionários na África do Sul, e portanto representa uma espécie de introdução à Bíblia. O autor não trata de todos os temas de introdução, mas apenas dos que são mais representativos nos estudos dos últimos decênios. Entre outros encontramos: a questão do Pentateuco e de Moisés, gêneros literários na Bíblia, 'historiografia' bíblica (História que é pregação: livros de Josué, etc.), Vida Judaica depois do exílio ou livros das Crôn. Esdr, Ne e Mac. os Profetas e Sábios e seus livros, o mistério da morte e da vida, o livro de Daniel e os Quatro Evangelhos. Como se vê, no A. T. faltam os Salmos, e no N. T. apenas os Evangelhos são analisados: de fato eles são os livros mais importantes e de certa maneira recebem a parte de leão com mais de 100 páginas (261-385). Não há índice analítico ou onomástico.

O autor conseguiu dar uma idéia bastante boa dos modernos estudos bíblicos e isto numa linguagem amena e interessante, com recurso freqüente às idéias e situações atuais. Ao meu ver o capítulo sobre os Evangelhos é o que salu melhor; veja-se p. ex. a apresentação bastante compreensível da *Formgeschichte* (p. 278-284). Também é muito instrutivo o apanhado rápido

da atividade pública de Jesus (286-307); há certamente simplificações e omissões e um ou outro ponto se poderá discutir, mas no conjunto a exposição é boa e aceitável e ilustrada com muitos exemplos concretos. No tocante aos temas do A. T. o que trata de Jeremias (p. 197-203) me pareceu muito bom. O capítulo 6 — livros sapienciais — é interessante, porque apresenta um bom número de textos egípcios e mesopotâmicos (p. 208-211; cf. 212s). Notável a síntese da mensagem do livro de Daniel (p. 255-56).

Constata-se com satisfação que neste volume de quase 400 páginas as erratas são relativamente poucas; aponto algumas: P. 5, alínea 2 no meio: em vez de Jo 5, 35-47 deve ser 5, 46-47; p. 7, al. 3, linha 3, deve ser Gên 5, 1; p. 60, al. 1: ilha de Elam? não seria "os filhos" de E.? p. 79, al. 3, 1-8: em vez de Davi deve-se ler Jacó; p. 101, al. 4: a batalha de Carcar (ou Karkar, p. 104) se travou em 853 a. C.; p. 103, al. 2, 11. 10/11: Ezequias; p. 104, al. 3, l. 5: Amri (ou Omri) reinou de 885/4 a 874, ao passo que os anos indicados para ele (ca. 874-853) de fato são os de seu filho e sucessor Acabe; p. 184: Amós viticultor? ele era criador de gado e cultivador de sicômoros; p. 190, 1.1: substituir ou subsistir? p. 270, al. 5, 1.4: em vez de séria deve ser síria; p. 335,

1.4-3 de baixo: deve ser: No caminho de Betânia a Jerusalém (Mc 11, 12.11; Mt 21, 18.17).

Com respeito ao termo "interposição" (pgs. 369-71) a propósito de Lc 9, 51-18, 14 ou "Relato de viagem": o termo correto é **inserção**. P. 369, l. 18-19: o modo de falar é equívoco; Lc 9, 18-20 não menciona, é verdade, a região de Cesaréia de Filipe, mas conta claramente a pergunta de Jesus e a confissão de Pedro.

Permita-se-me uma nota sobre os milagres de Jesus e como se formaram estes relatos: tem-se a impressão que em fim de contas na realidade havia neles muito pouco de "milagroso" ou extraordinário, como p. ex. na multiplicação dos pães: se bem entendo o pensamento do autor, o que teria havido mesmo foi que Jesus, um dia, alimentou os que o seguiam pelo deserto, ao passo que todo o

resto que os dois relatos da multiplicação contam, seria devido ao influxo criador das celebrações eucarísticas (p. 334). Será que isto não reduz demais a historicidade dos milagres? Por outro lado o autor reconhece que os relatos dos milagres de Jesus são muito superiores aos que se contavam no santuário de Asclépio e aos de Apolônio de Tiane, contemporâneo este de Jesus (p. 336).

Uma advertência final: é preciso muitas vezes ler com atenção este livro e distinguir bem entre as opiniões que ele refere de outros autores, e as do próprio Grollenberg, p. ex. no tocante à Formgeschichte (p. 282-84).

Feitas estas ressalvas, a obra em apreço se pode recomendar a quem queira pôr-se ao par dos estudos recentes e aceitos pela maioria dos exegetas católicos.

P. J. Balduino Kipper, S. J.

Peter F. Ellis, C. SS. R., LOS HOMBRES Y EL MENSAJE DEL ANTIGUO TESTAMENTO (Colección "Palabra Inspirada" 10). Traducción de Antonio Moñío, S. J. Editorial "Sal Terrae", Guevara, 20, Apartado 77, Santander, 1970, 604 pp., mais tabelas cronológicas, 21 x 16 cm.

Este alentado volume, cujo original americano remonta a 1962, é uma espécie de introdução ao A. T., visando em primeiro lugar os principiantes dos estudos bíblicos. Mas o livro também visa os estudantes de teologia e por isso apresenta a análise literária dos livros com breves apontamentos de teologia bíblica. Finalmente o autor também quis ajudar os padres e religiosos que rezam todos os dias os Salmos, e por isso analisou 75 Sls e outros cânticos do A. T.

A obra não segue propriamente a ordem dos livros no cânon, mas certa ordem sistemática e, quanto possível, cronológica das diversas tradições e livros ou partes de livros. Na primeira parte trata da **História do Pentateuco** (p. 13-164): além da apresentação destes cinco livros se faz a sua análise literária: tradições sacerdotal, javística,

eloísta e deuteronomista; a seguir se faz rápido bosquejo dos gêneros literários da Bíblia (p. 105-119) e se conclui com a explicação de 20 Sls relacionados com o Pentateuco. A segunda parte trata da **História do Deuteronomista**: Introdução, geografia da Palestina e explicação dos livros de Jos, Jz, Rute, 1 e 2 Sam e Rs, Amós e Oséias e 12 Sls relacionados (p. 167-271). Na terceira parte propõe-se a **História do cronista e os profetas de Israel** (p. 273-479): estudam-se em ordem cronológica quase todos os profetas restantes, o messianismo e os textos messiânicos, os livros de 1 e 2 Crôn, Esdr e Ne e Cânt e finalmente 35 Sls. Quarta parte: **Literatura didática e história dos macabeus** (p. 479-594). Explicam-se a literatura midráchica ou os gêneros midráchicos, na qual se incluem os livros de Jonas, Tob, Est, Bar e Carta de

Jer; além disto encontramos a literatura sapiencial com os livros de Prov, Eclo, Jó, Ecles, e a seguir 1 e 2 Mac e literatura apocalíptica com os livros de Joel, Dan e Jdt; finalmente se analisam Sab e 6 Sls didáticos. Toda a obra é encerrada com dois apêndices muito úteis: 1. Índice de nomes e matérias. 2. Tabelas cronológicas e mapas (p. 595ss); de resto também no corpo da obra são freqüentes as tabelas cronológicas.

Como se vê, a crítica de texto quase não entra: línguas originais e versões antigas, manuscritos; tampouco se fala de propósito da inspiração e do cânon. Temos portanto uma obra muito ampla e rica, para orientar o leitor interessado nos livros do A. T.; embora terminada em 1962, antes do Vaticano II, toda ela respira abertura prudente, espelhando fielmente os estudos exegéticos católicos do após-guerra. Vamos ilustrar isto com alguns exemplos.

No Pentateuco se admitem e analisam as quatro fontes ou melhor tradições, a partir das quais surgiram os cinco livros atuais. Para ilustrar estas diversas tradições e camadas literárias se encontram entre as pp. 72 e 73 muitas páginas coloridas: cada tradição ou camada figura com a sua própria cor. — O livro de Jonas só em escala reduzida é histórico; ele antes é uma ficção didática ou uma espécie de midrache e o que importa é a sua mensagem: Deus ama a todos os homens, e Jonas é a caricatura do judeu intolerante e de vistas estreitas do tempo pós-exílico que se recusava a admitir que Deus pudesse amar aos que não pertenciam ao povo escolhido da aliança (p. 490-95; 109). Coisa parecida vale dos livros de Tob, Jdt e Est; quando considerados à luz dos midraches hagálicos pós-exílicos, a maior parte das suas dificuldades históricas desaparecem (p. 109-110; 494-97; 567-575).

Outro aspecto positivo desta obra é o grande interesse que atribul aos Salmos: ao todo apresenta, nas suas diversas partes, breves

apontamentos a uns 75 Sls, 1. é à metade deles.

A obra ainda ganha um interesse especial no fato de repetidas vezes ligar fatos ou personagens bíblicos com similares de épocas mais próximas e mais familiares a nós; alguns exemplos: Isaías é o Tomás Morus do A. T.: homem santo, com família, conselheiro de reis, escritor famoso, defensor ardoroso dos direitos de Deus contra o egoísmo do rei e mártir (!) (p. 298). A propósito das ameaças do profeta Naum contra Ninive e as de outros profetas lembra a aparição de N. S.^a em Fátima a 13 de julho de 1917, na qual se falou da conversão da Rússia, respectivamente das perseguições da Igreja e do extermínio de várias nações (p. 321). O deficiente caráter histórico de Jdt é ilustrado com o seguinte paralelo sugestivo: A apresentação do babilônio Nabucodonosor como rei dos assírios e travando guerra com Arfaxad, rei medo desconhecido, com um exército comandado pelos persas Holofernes e Vagao, equivale a dizer que Pedro o Grande, rei da Inglaterra, fez guerra a Arfaxad, rei da França, com um exército comandado pelos generais Eisenhower e MacArthur (pp. 567/68)!!

Por causa do fim prático da obra e dos seus leitores há muitas repetições, lembrando o que já foi dito ou resumindo-o — com vantagens e desvantagens.

Seja-me permitida uma observação crítica a respeito de indicações cronológicas de fatos ou doutrinas. Analisando os textos messiânicos e ressaltando a dificuldade de os datar (p. 344/45), afirma o autor que a origem das esperanças messiânicas de Israel se pode datar dos séculos 19 e 18 a. C., quando foram feitas as promessas a Abraão (Gên 12, 1-3) e que a historicidade destas promessas também é atestada pela tradição de Israel e mais exatamente pela unanimidade das quatro tradições, citando a propósito uma série de textos de cada uma (p. 345). Ora

não sei, se esta argumentação satisfaz. Eu diria que estas esperanças messiânicas são o fruto da vivência religiosa e reflexão teológica de Israel e sobretudo dos seus grandes homens. No tempo do javista — i. é provavelmente no tempo de Davi ou Salomão no séc. 10.º a. C. — estas esperanças já existiam, como atesta Gên 12, 1-3 (J), mas parece-me precário dal inferir que já foram feitas nos séculos 19 e 18, i. é no tempo de Abraão. E o mesmo se diga dos demais textos citados. Logo a seguir o autor argumenta também com Moisés que no tempo do êxodo teria recorrido às promessas feitas aos patriarcas: cf. Êx 2, 24; 3, 6.15-16; 6, 2-8. Ora 2, 24 e 6, 2-8 são tradição sacerdotal (sec. 6.º a. C.!), 3, 6.15 são tradição eloísta (séc. 8.º) e 3, 16 é J. Logo o javista já faz recorrer Moisés ao Deus dos patriarcas e às promessas feitas a eles, mas esta afirmação de J dificilmente pode servir como argumento histórico de que as promessas foram feitas realmente já no tempo dos patriarcas. Estes, sim, estão no início da história da salvação, mas as explicitações que as quatro tradições apresentam, devem ter levado muito tempo para se formarem e segundo todas as probabilidades incluem a vivência do êxodo.

Do que acabamos de expor, segue-se que a obra é um guia útil e prestimoso numa leitura aprofundada do A. T. e nisto está o seu lado forte e positivo. Entretanto o estudioso deverá seguir este guia também em certos desvios que resultam da ordem sistemática e cronológica adotada; ora por vezes se pode questionar o acerto de certas colocações, p. ex.: Os profetas Amós e Oséias (p. 216-229) não ficariam melhor com os outros profetas (p. 295ss)? pois não se vê propriamente porque inclui-los na História do Deuteronomista. Também a combinação da História do Cronista com os Profetas de Judá (p. 273ss) não parece muito feliz.

Finalmente a apresentação tipográfica da obra é boa e agradável e os muitos títulos facilitam a orientação. Quanto a erratas descobri muito poucas; anoto as seguintes: p. 68, alínea 4, linha 6: leia-se Gên 4, 17ss (não 7, 17s); p. 180, al. 3, 1.4: la muerte de Moisés (não de Josué); p. 279, al. 3: Salmanasar V sucedeu a Tiglat-pilezar em 727 ou 727/26, e não em 705; p. 298, al. 5, 1.4: Ezequias, e não Ezequiel; p. 316: Jeremias foi enviado como profeta no ano 13 de Josias; p. 577: o livro da Sab foi escrito pelo ano 100 a. C. e não 1000.

P. J. Balduino Kipper, S. J.